



**TORRE DE**  
**MONCORVO**  
câmara municipal

*Onde o ferro é a alma da terra.*

*Divisão Administrativa e Financeira*

---

## **Relatório de Gestão**

Índice

Índice .....	1
I – PROPOSTA.....	3
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	3
II - PRIORIDADES .....	4
III - RELATÓRIO DE GESTÃO .....	5
ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL .....	7
<b>ANÁLISE GLOBAL DO ORÇAMENTO INICIAL, FINAL E EXECUTADO DO ANO DE 2013 .....</b>	<b>7</b>
Mapa Resumo de Controlo Orçamental da Receita – ano 2013 .....	7
Mapa Resumo de Controlo Orçamental da Despesa – ano 2013.....	8
Mapa da Estrutura da Execução Orçamental – ano 2013 .....	9
ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DAS RECEITAS 2009 a 2013 .....	10
Evolução na cobrança das Receitas no período 2009 a 2013 .....	10
ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DAS DESPESAS 2009 a 2013 .....	11
Resumo da Evolução das Receitas e Despesas no período 2009 a 2013 .....	11
Estrutura do Orçamento de Despesas e sua Evolução <i>no período 2009-2013</i> .....	11
Na óptica dos Fluxos de caixa.....	12
GRANDES OPÇÕES DO PLANO .....	13
Resumo da execução das Grandes Opções do Plano no ano de 2013 .....	13
ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL.....	14
EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS.....	14
Evolução da Dívida a Terceiros no período 2009 a 2013.....	14
Evolução da dívida de médio e longo prazo do Município .....	15
Gráfico - Evolução da Dívida .....	15
ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	16
Participações detidas pelo Município em outras entidades .....	16
Entidades societárias participadas .....	16



---

Entidades não societárias participadas .....	16
ANÁLISE DA ESTRUTURA DO BALANÇO.....	17
ESTRUTURA DO PASSIVO .....	20
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS .....	21
RECURSOS HUMANOS DA AUTARQUIA.....	22

## PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2013

### I – PROPOSTA

No cumprimento da alínea j) do n.º 1 do artigo 34.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submete-se à aprovação da Câmara Municipal os documentos de prestação de contas do exercício de 2013, para que possam ser submetidos à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da referida Lei.

### PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com o disposto no ponto 2.7.3 do POCAL (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro), *a aplicação do Resultado Líquido do Exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo.*

Por outro lado, *se houver saldo positivo na conta 59 “Resultados Transitados”, o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:*

- a) *Reforço de Património;*
- b) *Constituição ou reforço de reservas.*

Refere ainda o ponto 2.7.3.5 do mesmo diploma que *deve constituir-se o reforço anual da conta 571 “Reservas Legais”, no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.*

Nos termos do ponto 2.7.3 do (POCAL), propõe-se que o resultado líquido negativo de 2.705.789,58 euros apurado no exercício de 2013, seja incorporado em Resultados Transitados.

3  
8c

## II - PRIORIDADES

Principais iniciativas de investimento público, ao longo do ano de 2013:

ECOPISTA - 2.ª FASE - ON.2;

Rede de Postos de Turismo - Centro de Informação Turística de Torre de Moncorvo - ON.2;

Reabilitação/Beneficiação/Remodelação e Modernização das Infraestruturas de Água e Saneamento no Concelho de Torre de Moncorvo – POVT;

Centro Escolar de Torre de Moncorvo (CIM Douro) - ON.2

Aquisição de equipamento para episódios de neve;

Melhoria das Acessibilidades Municipais - Acesso à Zona Industrial a partir da EN 220/Barragem do Sabor;

Norte Riscos 2 - Prevenção de Riscos Naturais e Tecnológicos na Fronteira Norte de Portugal -Castela e Leão (2.ª convocatória) – POCTEP;

Dinamização do Programa de Ação e sua divulgação (Programa. de Regeneração Urbana);

Recolha de Depósitos Clandestinos, Resíduos. Sólidos e Desmantelamento de Embarcações e Veículos Abandonados, Recuperação das Margens do Rio Douro e Requalificação das Zonas Ribeirinhas - ON2 - Turismo Douro Infraestrutural - (AMDS – ON2);

### III - RELATÓRIO DE GESTÃO

#### INTRODUÇÃO

É da responsabilidade do executivo municipal a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do município, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados.

Assim e em cumprimento do estabelecido na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, são presentes, para aprovação, os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2013, elaborados de acordo com os critérios previstos no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as sucessivas alterações e de acordo com a Resolução n.º 04/2001-2.ª Secção, Instruções n.º 01/2001 do Tribunal de Contas.

Os referidos documentos são constituídos pelo Relatório de Gestão e Mapas e Anexos às Demonstrações Financeiras, comportando estes últimos o Balanço, a Demonstração de Resultados e os Anexos às Demonstrações Financeiras, que reflectem de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Município de Torre de Moncorvo, em 31 de Dezembro de 2013, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Além dos cortes significativos nas transferências do Orçamento do Estado e das restrições à gestão autárquica impostas pelo Governo, nomeadamente através do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), o ano de 2013 continuou a revelar-se um ano de grande contenção financeira para o Município de Torre de Moncorvo, tendo em vista o cumprimento das medidas impostas e a execução do Plano de Saneamento Financeiro, aprovado pelo Tribunal de Contas em Janeiro de 2011.

O aumento generalizado dos preços unitários, relativos a abastecimento de água, recolha de efluentes, energia eléctrica, recolha de resíduos sólidos e transportes escolares, contribuiu fortemente para o aumento da despesa suportada pela Autarquia, priorizando o rigor e a contenção orçamental sem descurar a necessidade de cumprimento dos objectivos e missão desta autarquia.

Implementação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012), no ano de 2012, nomeadamente:

- Planos de liquidação dos pagamentos em atraso;
- Cálculo e aumento temporário dos fundos disponíveis. Fundos Disponíveis são as verbas disponíveis a muito curto prazo (90 dias), desde que não tenham sido comprometidos ou gastos;
- Assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia genérica;
- Controlo mensal dos pagamentos em atraso há mais de 90 dias, para cumprimento do artigo 9.º da LCPA, cujo princípio fundamental é o de que a execução orçamental não pode conduzir à acumulação de pagamentos em atraso.

*Handwritten notes in blue ink:*  
A  
2  
K  
S

Consequências para as autarquias, a partir da entrada em vigor da Lei dos Compromissos:

- o Condicionamento das autarquias pelo peso das despesas de funcionamento em percentagem superior aos fundos disponíveis;
- o Impossibilidade de assegurar o cumprimento das competências essenciais das autarquias (educação, limpeza pública, abastecimento de água, habitação social, proteção civil);
- o Limitação da autonomia do poder local;
- o Criminalização das condutas dos eleitos locais por oposição aos membros do governo;
- o Maior conflitualidade decorrente da assunção de compromissos sem fundos disponíveis.

Apesar dos referidos constrangimentos, as **receitas municipais** conseguiram um desempenho aceitável, face ao que era expectável, passam de **13.851.387 euros em 2012**, para **14.459.654 euros, em 2013**, correspondendo a um **crescimento de 4,39%**.

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

### ANÁLISE GLOBAL DO ORÇAMENTO INICIAL, FINAL E EXECUTADO DO ANO DE 2013

A análise, ainda que de forma sintética e global, da contabilidade orçamental permite-nos acompanhar todo o processo de realização de despesas e arrecadação de receitas. Este estudo, baseado nos mapas de execução orçamental que fazem parte integrante dos documentos de prestação de contas da Autarquia, visa numa primeira abordagem, comparar o valor do orçamento inicial e corrigido final, resultado das modificações orçamentais, com os valores da execução orçamental a fim de evidenciar a taxa de execução por grandes rubricas.

Os resultados obtidos permitem-nos testar a fiabilidade dos orçamentos e a capacidade financeira da sua execução face ao volume de receitas realmente arrecadado pela Autarquia, bem como da actividade de planeamento.

Seguidamente apresenta-se, o Mapa Resumo de Controlo Orçamental da receita (previsões corrigidas, receita cobrada líquida e sua execução) e o Mapa Resumo de Controlo Orçamental da Despesa (dotações corrigidas, despesa paga e sua execução) do ano de 2013.

#### Mapa Resumo de Controlo Orçamental da Receita – ano 2013

Descritivo	Previsões Iniciais	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Taxa de Execução das Receitas
<b>Receitas Correntes</b>				
Impostos Directos	644.050,00	644.050,00	782.081,05	121,43%
Impostos Indirectos	9.000,00	9.000,00	1.626,03	18,07%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	126.300,00	126.300,00	86.006,19	68,10%
Rendimentos de Propriedade	6.000,00	6.000,00	72,90	1,22%
Transferências Correntes	6.826.614,00	6.826.614,00	5.971.009,20	87,47%
Venda de Bens e Serviços Correntes	2.081.250,00	2.169.760,93	3.476.437,58	160,22%
Outras Receitas Correntes	12.000,00	12.000,00	13.831,31	115,26%
<b>Total (Receitas Correntes)</b>	<b>9.705.214,00</b>	<b>9.793.724,93</b>	<b>10.331.064,26</b>	<b>105,49%</b>
<b>Receitas Capital</b>				
Venda de Bens de Investimento	780.028,00	780.028,00	67.322,51	8,63%
Transferências de Capital	5.531.203,00	5.531.203,00	3.517.358,16	63,59%
Activos Financeiros	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	3.000,00	536.000,00	533.000,00	99,44%
Outras Receitas de Capital	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00%
Outras Receitas		199.985,74	10.909,58	5,46%
<b>Total (Receitas Capital)</b>	<b>6.321.231,00</b>	<b>7.054.216,74</b>	<b>4.128.590,25</b>	<b>58,53%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>16.026.445,00</b>	<b>16.847.941,67</b>	<b>14.459.654,51</b>	<b>85,82%</b>



A taxa de execução orçamental da receita é calculada com base nas receitas cobradas líquidas, ou seja, as receitas cobradas brutas corrigidas dos reembolsos e restituições.

De forma global podemos referir que a receita cobrada líquida foi executada em 85,81%, ascendendo ao montante de 14.459.654 euros. Para esta grandeza concorrem as receitas correntes e de capital, com valores cobrados de 10.331.064 euros e 4.128.590 euros, respectivamente. De salientar que a **receita corrente alcançou uma execução de 105,49%**.

Transitou para o ano de 2013 o saldo da gerência anterior, no montante de 192.365,70€.

### Mapa Resumo de Controlo Orçamental da Despesa – ano 2013

#### ORÇAMENTO DE DESPESA

Descritivo	Dotações Iniciais	Dotações Corrigidas	Despesa Paga	Taxa de Execução das Despesas
<b>Despesas Correntes</b>				
Despesas com o pessoal	3.870.845,00	3.073.652,42	2.923.001,04	95,10%
Aquisição de bens e serviços	3.015.160,00	4.922.753,65	4.245.259,07	86,24%
Juros e outros encargos	475.282,00	699.885,60	639.089,39	91,31%
Transferências correntes	657.371,00	684.791,00	564.037,02	82,37%
Outras despesas correntes	8.223,00	60.846,24	59.157,95	97,23%
<b>Total (Despesas Correntes)</b>	<b>8.026.881,00</b>	<b>9.441.928,91</b>	<b>8.430.544,47</b>	<b>89,29%</b>
<b>Despesas Capital</b>				
Aquisição de bens de capital	5.630.461,00	3.788.235,75	2.584.159,39	68,22%
Transferências de capital	1.216.102,00	1.864.514,60	1.169.991,87	62,75%
Activos financeiros		24.000,00	16.000,00	66,67%
Passivos financeiros	1.153.000,00	1.727.911,41	1.726.899,02	99,94%
Outras despesas de capital	1,00	1.351,00	1.350,00	99,93%
<b>Total (Despesas Capital)</b>	<b>7.999.564,00</b>	<b>7.406.012,76</b>	<b>5.498.400,28</b>	<b>74,24%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>16.026.445,00</b>	<b>16.847.941,67</b>	<b>13.928.944,75</b>	<b>82,7%</b>

Conforme se pode verificar, o total do orçamento aprovado inicialmente, no montante de 16.026.445 euros foi durante a execução orçamental do ano de 2013 objeto de alterações orçamentais e ainda revisões orçamentais, para incorporação da rubrica reposições não abatidas nos pagamentos e incorporação do saldo da gerência anterior, alterando o montante final.

A taxa de execução da despesa traduz as obrigações efectivamente pagas e não a totalidade das obrigações assumidas para com terceiros.

Podemos referir que foi obtida uma taxa de execução orçamental global da despesa de 82,70% que se eleva para 88,34% se considerarmos o grau de comprometimento da despesa, a qual se poderá concretizar em execução em anos futuros, desde que verificados os pressupostos que originaram os respectivos compromissos.

Assim, o volume de compromissos assumidos (no montante de 15.766.916 euros) originou um saldo em relação à despesa paga de 1.837.971 euros, obtendo nesta perspectiva um **grau de comprometimento de despesa de cerca de 88,34%**, demonstrando assim a fiabilidade do orçamento final apresentado.

Entenda-se neste ponto que o comprometimento da despesa não é o sinónimo de dívida, mas sim o compromisso para terceiros de que a mesma, se venha a realizar.

A execução das receitas e as despesas, correntes e de capital, apresentam sinteticamente, no ano de 2013, a seguinte estrutura:

#### Mapa da Estrutura da Execução Orçamental – ano 2013

Descritivo	2013	Var. %
<i>Receitas Correntes</i>	10.331.064,26	71,45%
<i>Receitas Capital</i>	4.128.590,25	28,55%
<i>Total Receitas</i>	<b>14.459.654,51</b>	<b>100,00%</b>
<i>Despesas Correntes</i>	8.430.544,47	60,53%
<i>Despesas Capital</i>	5.498.400,28	39,47%
<i>Total Despesas</i>	<b>13.928.944,75</b>	<b>100,00%</b>

Da análise do quadro anterior, o que se extrai da estrutura da execução orçamental é o facto de as **receitas correntes superarem em 1.900.519 euros as despesas correntes**.

Concluimos que o orçamento de 2012 previa todos os recursos necessários para cobrir todas as despesas, pelo que se cumpriu o princípio orçamental do equilíbrio global, bem como o princípio orçamental do equilíbrio corrente.

De salientar ainda que, o total da receita arrecadada é superior em 530.709,76 euros à despesa paga, o que se pode concluir que o Município não necessitou de utilizar o saldo da gerência anterior no valor de 192.365,70 euros, perfazendo assim o montante de 723.075,46 euros, que transitam para o ano de 2014.

**ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DAS RECEITAS 2009 a 2013**

O quadro seguinte retrata a evolução das receitas nos últimos cinco anos.

**Evolução na cobrança das Receitas no período 2009 a 2013**

Descritivo	2009	2010	2011	2012	2013	2009-2010	2010-2011	2011-2012	2012-2013
<b>Receitas Correntes</b>									
Impostos Directos	615.276,54	583.453,49	641.294,97	656.773,01	782.081,05	-5,17%	9,91%	2,41%	19,08%
Impostos Indirectos	2.843,42	1.858,21	1.112,76	1.370,73	1.626,03	-34,65%	-40,12%	23,18%	18,63%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	63.732,21	101.964,79	106.731,40	97.207,49	86.006,19	59,99%	4,67%	-8,92%	-11,52%
Rendimentos de Propriedade	2.973,89	11.917,21	4.803,72	454,86	72,90	300,73%	-59,69%	-90,53%	-83,97%
Transferências Correntes	5.976.067,23	6.077.356,91	5.748.807,01	5.583.707,50	5.971.009,20	1,69%	-5,41%	-2,87%	6,94%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.369.201,49	1.378.062,90	1.346.486,01	2.337.052,82	3.476.437,58	0,65%	-2,29%	73,57%	48,75%
Outras Receitas Correntes	23.237,06	26.695,82	26.312,86	19.104,52	13.831,31	14,88%	-1,43%	-27,39%	-27,60%
<b>Total (Receitas Correntes)</b>	<b>8.053.331,84</b>	<b>8.181.309,33</b>	<b>7.875.548,73</b>	<b>8.695.670,93</b>	<b>10.331.064,26</b>	<b>1,59%</b>	<b>-3,74%</b>	<b>10,41%</b>	<b>18,81%</b>
<b>Receitas Capital</b>									
Venda de Bens de Investimento	24.240,00	36.304,88	129.919,55	20.930,83	67.322,51	49,77%	257,86%	-83,89%	221,64%
Transferências de Capital	3.578.775,85	3.503.832,17	4.343.308,43	5.129.496,80	3.517.358,16	-2,09%	23,96%	18,10%	-31,43%
Activos Financeiros					0,00				
Passivos Financeiros	1.756.520,00	811.000,00	10.220.000,00	0,00	533.000,00	-53,83%	1160,17%	-100,00%	
Outras Receitas de Capital	4.788,00	428,00	5.000,00	0,00	0,00	-91,06%	1068,22%	-100,00%	
Outras Receitas			4.746,17	5.289,03	10.909,58		100%	11,44%	106,27%
<b>Total (Receitas Capital)</b>	<b>5.364.323,85</b>	<b>4.351.565,05</b>	<b>14.702.974,15</b>	<b>5.155.716,66</b>	<b>4.128.590,25</b>	<b>-18,88%</b>	<b>237,88%</b>	<b>-64,93%</b>	<b>-19,92%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>13.417.655,69</b>	<b>12.532.874,38</b>	<b>22.578.522,88</b>	<b>13.851.387,59</b>	<b>14.459.654,51</b>	<b>-6,59%</b>	<b>80,15%</b>	<b>-38,65%</b>	<b>4,39%</b>

Podemos concluir que a cobrança das **Receitas Correntes** evoluiu positivamente de 2009 para 2010, em 2011 sofreu um decréscimo de cerca de 3,88% face a 2010, já de 2011 para 2012 aumentou cerca de 10,41%, relativamente ao período em análise, ou seja 2013, registou um crescimento de cerca de 18,80%.

Estas receitas contribuem significativamente para a gestão financeira da Autarquia, já que se tratam de fluxos monetários estáveis, com tendências de crescimento, o que não se verificou no ano de 2011, a tendência foi invertida, vindo a recuperar em 2012 e 2013 sucessivamente.

As **Receitas de Capital** traduzem o recebimento de participações de obras cofinanciadas, e a venda extraordinária de património do domínio privado municipal, bem como a venda do lote nº16 na Zona Industrial, uma fracção T3 e fracção A do bloco B 4 1º destinadas a habitação e o valor realizado relativo à hasta pública nº017/UTP/2013-Extracção e alienação de cortiça na árvore no perímetro florestal do Reboredo.

Assim, podemos concluir que na cobrança das **Receitas de Capital** a única rubrica que evoluiu positivamente no período 2012-2013, foi 'Venda de bens de investimento'.

## ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DAS DESPESAS 2009 a 2013

Sinteticamente, a execução das receitas e as despesas, correntes e de capital, apresenta no período de 2009 a 2013, a seguinte estrutura:

### Resumo da Evolução das Receitas e Despesas no período 2009 a 2013

Descritivo	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Receitas Correntes</b>	8.053.332	8.181.309	7.875.549	8.695.671	10.331.064
<b>Receitas Capital</b>	5.364.324	4.351.565	14.702.974	5.155.717	4.128.590
<b>Total Receitas</b>	<b>13.417.656</b>	<b>12.532.874</b>	<b>22.578.523</b>	<b>13.851.388</b>	<b>14.461.668</b>
<b>Despesas Correntes</b>	8.106.518	7.521.830	10.594.204	7.343.390	8.430.544
<b>Despesas Capital</b>	5.311.138	5.011.044	11.782.969	6.515.632	5.498.400
<b>Total Despesas</b>	<b>13.417.656</b>	<b>12.532.874</b>	<b>22.377.173</b>	<b>13.859.022</b>	<b>13.928.945</b>

O quadro seguinte, apresenta a tendência verificada no quadriênio.

### Estrutura do Orçamento de Despesas e sua Evolução no período 2009-2013

Descritivo	2009	2010	2011	2012	2013	2009-2010	2010-2011	2011-2012	2012-2013
<b>Despesas Correntes</b>									
Despesas com o pessoal	4.385.846,32	4.220.807,80	4.231.794,59	3.436.540,25	2.923.001,04	-3,76%	0,26%	-18,79%	-14,94%
Aquisição de bens e serviços	2.380.050,91	2.473.835,02	4.390.436,48	2.542.494,69	4.245.259,07	3,94%	77,47%	-42,09%	66,97%
Juros e outros encargos	564.942,88	349.520,18	711.470,84	735.277,49	639.089,39	-38,13%	103,56%	3,35%	-13,08%
Transferências correntes	677.638,55	422.599,70	1.190.736,01	570.082,72	564.037,02	-37,64%	181,76%	-52,12%	-1,06%
Outras despesas correntes	98.039,44	55.067,40	69.765,95	58.994,77	59.157,95	-43,83%	26,69%	-15,44%	0,28%
<b>Total (Despesas Correntes)</b>	<b>8.106.518,10</b>	<b>7.521.830,10</b>	<b>10.594.203,87</b>	<b>7.343.389,92</b>	<b>8.430.544,47</b>	<b>-7,21%</b>	<b>40,85%</b>	<b>-30,68%</b>	<b>14,80%</b>
<b>Despesas Capital</b>									
Aquisição de bens de capital	1.765.726,23	1.748.971,98	5.430.137,69	3.754.546,69	2.584.159,39	-0,95%	210,48%	-30,86%	-31,17%
Transferências de capital	1.809.216,15	1.356.133,67	2.458.567,68	1.623.483,70	1.169.991,87	-25,04%	81,29%	-33,97%	-27,93%
Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00				
Passivos financeiros	1.736.195,21	1.905.938,63	3.894.263,64	1.136.101,58	1.726.899,02	9,78%	104,32%	-70,83%	52,00%
Outras despesas de capital	0,00	0,00	1.350,00	1.500,00	1.350,00				-10,00%
<b>Total (Despesas Capital)</b>	<b>5.311.137,59</b>	<b>5.011.044,28</b>	<b>11.782.969,01</b>	<b>6.515.631,97</b>	<b>5.498.400,28</b>	<b>-5,65%</b>	<b>135,14%</b>	<b>-44,70%</b>	<b>-15,61%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>13.417.655,69</b>	<b>12.532.874,38</b>	<b>22.377.172,88</b>	<b>13.859.021,89</b>	<b>13.928.944,75</b>	<b>-6,59%</b>	<b>78,55%</b>	<b>-38,07%</b>	<b>0,50%</b>

As despesas correntes pagas totalizaram 8.430.544 euros, registando-se um aumento, de 2012 para 2013 de cerca de 14,80% , salientando porém que as despesas com pessoal têm vindo a diminuir ao longo destes cinco anos à excepção de 2010 para 2011 que cresceram cerca de 0.26% .

As despesas de capital pagas totalizaram 5.498.400 euros, registando-se uma diminuição, em termos absolutos, de -15,61% em relação ao ano anterior.

**Em termos globais as despesas pagas em 2013 apresentam um significativo aumento de 0,50%.**

Handwritten marks in blue ink, including a stylized signature and the symbol '€'.

### Na óptica dos Fluxos de caixa

A análise efetuada aos Fluxos de Caixa do exercício de 2013, onde se encontram discriminadas todas as importâncias relativas aos recebimentos e pagamentos, reportando-se tanto à execução orçamental, como às operações de tesouraria (valores entrados em cofre e destinados a outras entidades, isto é, cobranças para terceiros), permite-nos constatar que o Saldo para a gerência seguinte é de 1.222.614,32 euros, referentes a Execução Orçamental e Operações de tesouraria.

#### Fluxos de Caixa

		(Euros)
Saldo da Gerência anterior (2013)		
<i>Execução orçamental</i>	192.365,70	
<i>Operações de Tesouraria</i>	617.345,22	<b>809.710,92</b>
<i>Receita cobrada na gerência</i>		
<i>Receitas Orçamentais</i>	14.459.654,51	
<i>Operações de Tesouraria</i>	1.132.638,27	<b>15.592.292,78</b>
<i>Pagamentos efectuados na gerência</i>		
<i>Despesas Orçamentais</i>	13.928.944,75	
<i>Operações de Tesouraria</i>	1.250.444,63	<b>15.179.389,38</b>
Saldo para a Gerência seguinte (2014)		
<i>Execução orçamental</i>	723.075,46	
<i>Operações de Tesouraria</i>	499.538,86	<b>1.222.614,32</b>

## GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Os Mapas de Execução do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Actividades Municipal – POCAL, constam dos Mapas de Prestação de Contas, apenso a este Relatório de Gestão. Reflectem, sob a forma de objectivos específicos, a execução das prioridades já previamente definidas com base em recursos previstos em sede de elaboração do Orçamento Municipal.

O quadro seguinte demonstra os montantes de investimento executados e o coeficiente percentual de realização para cada um dos grandes sectores estruturais, reflectindo o esforço financeiro dispendido, pelas diversas áreas de intervenção e que se concentram em quatro grandes objectivos: as funções gerais, funções sociais, as funções económicas e outras funções.

### Resumo da execução das Grandes Opções do Plano no ano de 2013

Descrição	PPI			PAM			GOP's		
	Previsto	Executado	%	Previsto	Executado	%	Previsto	Executado	%
<b>Funções Gerais</b>	<b>464.847,60</b>	<b>356.315,04</b>	<b>76,65%</b>	<b>489.492,60</b>	<b>280.444,34</b>	<b>57,29%</b>	<b>954.340,20</b>	<b>636.759,38</b>	<b>66,72%</b>
Serviços gerais da administração pública	408.582,93	331.942,64	81,24%	232.292,60	97.447,02	41,95%	640.875,53	429.389,66	67,00%
Segurança e ordem pública	56.264,67	24.372,40	43,32%	257.200,00	182.997,32	71,15%	313.464,67	207.369,72	66,15%
<b>Funções sociais</b>	<b>2.234.294,81</b>	<b>1.454.714,39</b>	<b>65,11%</b>	<b>4.204.498,09</b>	<b>1.567.266,54</b>	<b>37,28%</b>	<b>6.438.792,90</b>	<b>3.021.980,93</b>	<b>46,93%</b>
Educação	454.398,36	288.142,41	63,41%	440.345,00	246.983,72	56,09%	894.743,36	535.126,13	59,81%
Saúde	5.000,00			45.612,00	36.769,75	80,61%	50.612,00	36.769,75	72,65%
Segurança e Acção sociais	6.000,00	5.282,49		82.920,00	60.419,55	72,86%	88.920,00	65.702,04	73,89%
Habituação e serviços colectivos	1.605.025,34	1.048.207,72	65,31%	3.093.122,04	749.945,87	24,25%	4.698.147,38	1.798.153,59	38,27%
Serviços culturais, recreativos e religiosos	163.871,11	113.081,77	69,01%	542.499,05	473.147,65	87,22%	706.370,16	586.229,42	82,99%
<b>Funções Económicas</b>	<b>1.081.593,35</b>	<b>659.526,12</b>	<b>60,98%</b>	<b>98.037,50</b>	<b>84.257,50</b>	<b>85,89%</b>	<b>1.179.630,85</b>	<b>743.783,62</b>	<b>63,05%</b>
Indústria e energia	241.305,00	155.540,59	64,46%				241.305,00	155.540,59	64,46%
Transportes e comunicação	715.188,35	434.593,14	60,77%				715.188,35	434.593,14	60,77%
Comércio e turismo	125.100,00	69.392,39	55,47%	98.037,50	84.257,50	85,94%	223.137,50	153.649,89	68,86%
<b>Outras Funções</b>	<b>6.500,00</b>			<b>603.244,00</b>	<b>507.751,86</b>	<b>84,17%</b>	<b>609.744,00</b>	<b>507.751,86</b>	<b>83,27%</b>
Diversas não especificadas	6.500,00			603.244,00	507.751,86	84,17%	609.744,00	507.751,86	83,27%
<b>TOTAIS</b>	<b>3.787.235,76</b>	<b>2.470.555,55</b>	<b>65,23%</b>	<b>5.395.272,19</b>	<b>2.439.720,24</b>	<b>45,22%</b>	<b>9.182.507,95</b>	<b>4.910.275,79</b>	<b>53,47%</b>

Com uma taxa de execução de 53,47%, as Grandes Opções do Plano para o ano de 2013 atingem o valor absoluto de 4.910.275,79 euros, dos quais 2.470.555 euros referem-se ao Plano Plurianual de Investimentos e 2.439.720 euros ao conjunto das acções consideradas como relevantes incluídas no Plano de Actividades Municipais.

Da análise conclui-se que:

As **Funções Sociais** são as que absorvem a maior fatia de investimento com um valor nominal de 3.021.980 euros, representando 61,54% do total executado. Nestas funções a Habitação e Serviços Coletivos registam 1.798.153 euros, a Educação registou 535.126,12 euros e os Serviços culturais, recreativos e religiosos;

As **Funções Gerais**, que representam 12,96% do total executado, apresentam um valor de 636.759 euros, sendo consumidas estas verbas na sua maior parte pelos serviços gerais da administração pública.

As **Funções Económicas** representam 15,14% do investimento, com um valor executado de 743.783 euros, sendo que a área dos transportes e comunicações é a que absorve uma maior fatia destes investimentos, apresentando um valor de 434.593 euros;

**Outras Funções** representam 10,34% do investimento, com um valor executado de 507.751 euros;

## ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

### EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS

A componente de **dívidas a terceiros** reflecte no ano de 2013 na sua componente de curto prazo uma diminuição relativamente ao ano anterior, sendo as componentes mais importantes o pagamento a fornecedores conta corrente e de imobilizado e outros credores.

**Evolução da Dívida a Terceiros no período 2009 a 2013**

Dívidas a terceiros - Curto Prazo	2009	2010	2011	2012	2013
Empréstimos curto prazo	786.000,00	811.000,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores c/c	3.088.526,48	3.489.507,74	895.949,71	845.379,61	1.241.121,57
Fornecedores de imobilizado	909.005,43	2.472.343,83	1.082.432,27	998.382,35	432.630,89
Estado e outros entes públicos	82.213,87	78.586,87	70.143,42	72.594,56	70.876,15
Administração autárquica	7.849,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Outros credores	3.321,80	1.851,41	4.809,87	1.877,98	1.965,48
Garantias e Cauções	345.321,39	382.855,79	503.625,05	546.196,05	431.759,55
<b>Total</b>	<b>5.222.237,97</b>	<b>7.236.145,64</b>	<b>2.556.960,32</b>	<b>2.464.430,55</b>	<b>2.179.353,64</b>

No cômputo geral a dívida total do município diminuiu em relação ao ano de 2012, no montante de 285.076 euros.

Salienta-se que, relativamente às dívidas a curto prazo - credores de garantias e cauções, as quais constituem importâncias retidas de e para terceiros, são fundos alheios à autarquia, encontrando-se depositadas em contas de disponibilidades e possíveis de utilização – para restituições das cauções - em qualquer momento.

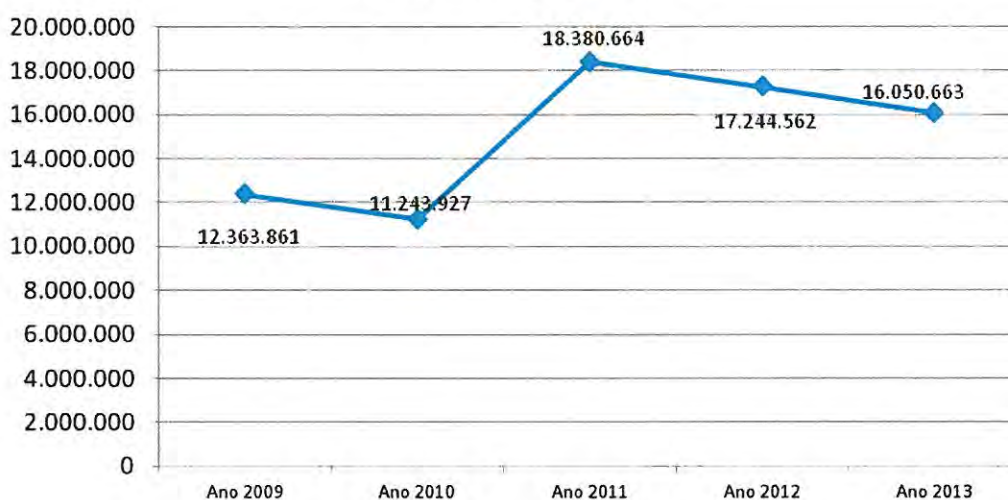
Handwritten signatures and initials in blue ink.

Apresentamos, de seguida, um quadro que traduz a evolução real da dívida existente em 31 de Dezembro de cada ano, com a contratualização de empréstimos de médio e longo prazo.

**Evolução da dívida de médio e longo prazo do Município**  
- Período 2009 a 2013 -

Empréstimos m/l prazo	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Não excepcionados	8.820.509,61	9.094.219,78	16.388.722,88	15.408.158,96	14.374.751,34
Excepcionados	3.543.351,60	2.149.707,59	1.991.940,87	1.836.403,21	1.675.911,81
<b>TOTAIS</b>	<b>12.363.861</b>	<b>11.243.927</b>	<b>18.380.664</b>	<b>17.244.562</b>	<b>16.050.663</b>

**Gráfico - Evolução da Dívida**



Regista-se a diminuição da dívida de médio e longo prazo em 1.193.899 euros, relativos à amortização do capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazo.



## ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A apreciação feita seguidamente tem como suporte o Balanço e Demonstração de Resultados, documentos contabilísticos de base.

O Balanço, abrange os elementos acumulados até à data, sendo um documento estático, evidencia a posição financeira e patrimonial da autarquia a 31 de Dezembro de 2013, onde constam os seus bens, direitos e obrigações, permitindo assim uma análise precisa da composição qualitativa do património que representa.

A Demonstração de Resultados apresenta os resultados das operações económicas (custos e proveitos) servindo para avaliar a aplicação dos recursos utilizados em determinado período, permitindo apurar o resultado líquido do exercício, bem como a análise da composição dos seus diferentes resultados.

Convém ainda referir que se torna ainda pertinente e imprescindível termos em consideração as especificidades da Autarquia, área geográfica e conjuntura actual, e que ao não serem ponderadas podem desvirtuar a medição da qualidade da sua gestão e dos seus resultados, pelo que, as conclusões feitas relativamente à sua gestão, deverão ter em conta que a sua missão será sempre a satisfação das necessidades colectivas, e não a obtenção de lucro.

### Participações detidas pelo Município em outras entidades

#### Entidades societárias participadas

O Município de Torre de Moncorvo integra ou participa, no âmbito das suas competências, o capital social das seguintes empresas:

- Integra a Sociedade de Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., com uma participação de 0,06% do capital social, correspondente a 154.552 euros;
- Participa ainda na sociedade “Laboratório Regional de Trás-os-Montes, Lda”, com uma participação de 4,55% do capital social, correspondente a 3.741 euros;
- “Gesturdouro-Gestão de empreendimentos hoteleiros do douro superior, Lda”, com uma participação de 20% do capital social, correspondente a 41.800 euros;

#### Entidades não societárias participadas

Este Município integra, ainda, as seguintes associações:

- AREDOURO – Agência Regional de Energia do Douro.
- Associação de Desenvolvimento do Douro Superior;
- Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- Associação de Municípios do Baixo Sabor;
- Associação de Municípios do Douro Superior;

- Associação de Municípios do Vale do Côa;
- Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro;
- Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico;
- Entidade Regional de Turismo do Norte "PORTOENORTE-Turismo do Porto e Norte de Portugal";
- Fundação Museu do Douro;
- Territórios do Côa - Associação de Desenvolvimento Regional;
- Turismo do Douro;

O Município de Torre de Moncorvo, detém ainda uma participação indirecta na empresa "Resíduos do Nordeste, E.I.M.", através da Associação de Municípios do Douro Superior;

O Município de Torre de Moncorvo é também membro do "Duero-Douro AECT, Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Duero-Douro", constituído por Despacho n.º 7128/2009, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, publicado no Diário da República n.º 47, II série, de 09/03/2009.

De salientar a saída da "Associação do Douro Histórico", conforme deliberação tomada em reunião de Câmara de 20/01/2012.

### ANÁLISE DA ESTRUTURA DO BALANÇO

O Balanço encontra-se organizado de forma a permitir o seu equilíbrio, Activo = Fundos Próprios + Passivo. Estes grandes grupos expressam a situação patrimonial da Autarquia à data de 31 de Dezembro de 2013.

O **ACTIVO**, que inclui o conjunto de bens e direitos da autarquia, assim como os acréscimos e diferimentos, está agrupado de acordo com o critério da liquidez crescente, ou da disponibilidade, pelo que reflecte, na referida ordem, o valor do imobilizado, das existências, das dívidas de terceiros (curto, médio e longo prazos), das disponibilidades e dos acréscimos e diferimentos (acréscimos de proveitos e custos diferidos).

O Município de Torre de Moncorvo reconheceu nas rubricas de Imobilizado e de Amortizações Acumuladas diversos bens cujo facto patrimonial reporta ao Balanço inicial e a anos anteriores, nomeadamente a incorporação do Património relativo à inventariação da climatização do cine-teatro, Edifício onde funcionou a Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo e uma habitação adquirida a Amaral Pompílio de Deus Aires.

No que se refere às dívidas de Clientes, Contribuintes e Utentes cuja cobrança seja duvidosa e o risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, foram as mesmas reconhecidas na conta patrimonial «Clientes, Contribuintes e Utentes de cobrança duvidosa» e constituídas provisões correspondentes a 50% do saldo para dívidas em mora há mais de 6 e menos de 12 meses e a 100% para aquelas que se encontram em mora há mais de 12 meses, no valor de 35.956,79 euros, POCAL (paragrafo 2.7.1).

A rubrica de **acréscimos de proveitos** é constituída por proveitos de 2013 cujo recebimento só se concretiza em 2014, tendo sido registados acréscimos de proveitos, respeitantes a:



- Impostos Municipais (IMI, IMT e IUC) e TMDP – Taxa Municipal de Direitos de Passagem, relativos ao exercício de 2013, cujo recebimento ocorreu em 2014;
- Juros de diferentes depósitos bancários que se venceram em Janeiro de 2014;
- Venda de água relativa ao mês de Dezembro de 2013, a receber no ano de 2014;

Os princípios contabilísticos da especialização (ou do acréscimo) e da materialidade exigem o reconhecimento, como proveitos do período, dos factos anteriormente apresentados.

Os **custos diferidos** respeitam as despesas antecipadas no próprio exercício que são custos de exercícios seguintes, nomeadamente custos diferidos com seguros.

Os **FUNDOS PRÓPRIOS**, figuram no Balanço de acordo com o critério cronológico, expressam o valor do património do Município, das reservas constituídas, e dos resultados (transitados e líquidos).

Encontram-se reflectidos na componente de “Património – Balanço Inicial” as incorporações efectuadas na rubrica do activo imobilizado. Estas regularizações dizem respeito à incorporação de novos elementos patrimoniais que não foram, em devido tempo, objecto de inscrição em sede de balanço inicial.

Conforme indicações do SATAPOCAL, as regularizações que se reportem a datas anteriores ao balanço inicial, neste caso 2003, deverão ser reconhecidas na conta designada por “Património”.

O **PASSIVO**, conjunto de obrigações da autarquia, reconhece o valor das provisões constituídas para fazer face a riscos e encargos, das dívidas para com terceiros (curto, médio e longo prazos) e os acréscimos e diferimentos (acrécimos de custos e proveitos diferidos).

#### Rubrica - **Acrécimos de custos:**

A CMTM reconheceu como custos do período os encargos com Férias e Subsidio de Férias (acrescidos dos respectivos encargos sociais), incorridos em 2013 que serão pagos em 2014;

Reconheceu também os encargos com comunicações e de instalações (energia eléctrica e combustíveis), incorridos em Dezembro de 2013 a pagar no ano de 2014;

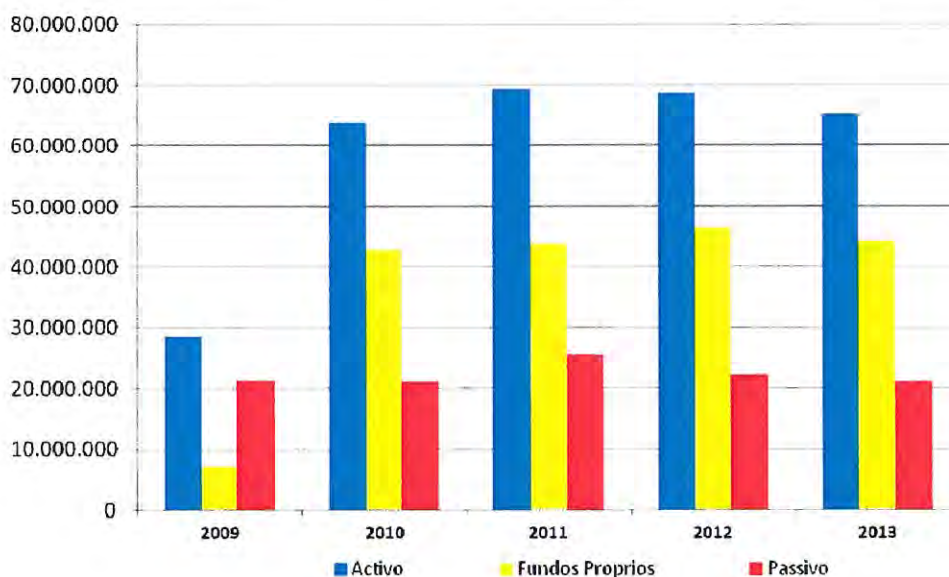
#### Rubrica – **Proveitos diferidos:**

A CMTM reconheceu como proveitos diferidos o valor a receber dos contratos de financiamento de fundos comunitários e a amortização da quota correspondente aos subsídios já recebidos, bem como a antecipação de rendas relativas às infraestruturas municipais integradas no sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro fruto do acordo de transacção celebrado entre o Município de Torre de Moncorvo e as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro (ATMAD), no valor de **1.397.386,08** euros, com base no qual este Município efectuou de imediato o pagamento da dívida que tinha para com a ATMAD, no valor de 1.469.858,34 euros .

O Passivo deverá ser analisado segundo as vertentes das provisões, dívidas a terceiros e acréscimos e diferimentos:

- ✓ tendo em especial atenção o princípio da prudência no ano de 2013 foram constituídas provisões para riscos e encargos no valor de 5.000 euros;
- ✓ no que concerne ao passivo exigível, que comporta a dívida a terceiros de curto prazo, apresentam relativamente a 2013 uma diminuição de 285.076 euros;
- ✓ Relativamente ao passivo de médio e longo prazo, registou uma diminuição de 1.193.899 euros;
- ✓ No que concerne ao passivo não exigível - acréscimos e diferimentos- acréscimos de custos e proveitos diferidos, em valores absolutos aumentaram em 269.724 euros, depois de regularizado o valor referente a projectos cofinanciados e também ao valor das rendas antecipadas, conforme foi descrito anteriormente.

Numa perspectiva evolutiva, o gráfico seguinte reflecte o montante global do Balanço no período 2009 a 2013.



Considerando o papel fundamental do ACTIVO, esta estrutura apresenta em termos absolutos, 65.306.243 euros.

O PASSIVO representa em termos absolutos o montante de 20.962.572 euros, registando uma diminuição significativa de 1.209.251 euros, fruto da diminuição das dívidas a terceiros de curto prazo no valor de 285.076 euros e das dívidas a terceiros de médio e longo prazos de 1.193.899 euros bem como do aumento de 269.724 euros registado na rúbrica de Proveitos diferidos.

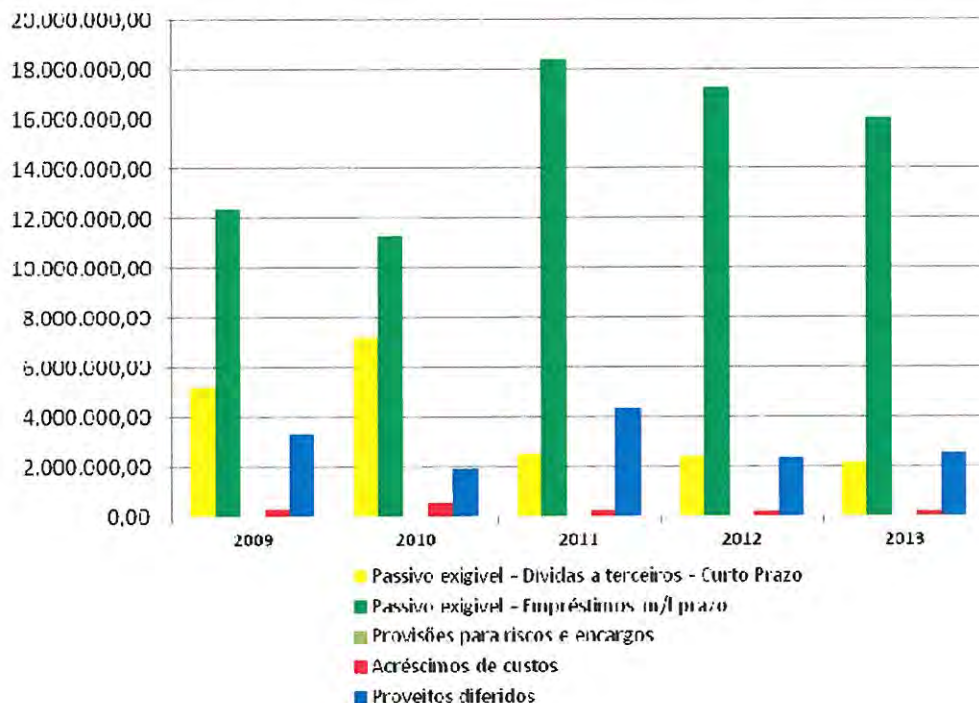
Disto nos é dado conta nos Mapas anexos às Demonstrações Financeiras – Balanço, Demonstração de Resultados, Mapa de Activo Bruto e Mapa de Amortizações.



### ESTRUTURA DO PASSIVO

Seguidamente apresenta-se a evolução do passivo no período 2009 a 2013. Considerando que o passivo ao incluir as rubricas de “acréscimos de custos”, “proveitos diferidos” e “provisões para riscos e encargos” pode originar análises financeiras distorcidas, apresenta-se o passivo desagregado, para que possa ser evidenciado o passivo exigível (dívidas de curto/médio e longo prazos).

**Evolução da Estrutura do Passivo no período 2009-2013**



Do lado do Passivo os acréscimos e diferimentos resultam da incorporação de custos do exercício a liquidar em exercícios futuros (acréscimos de custos), no valor de 189.557 euros, obedecendo ao princípio da especialização dos exercícios.

Os proveitos diferidos apresentam à data de 31 de Dezembro de 2013, o saldo de 2.537.998 euros referentes a subsídios ao investimento que devem ser recebidos nos exercícios seguintes, bem como a antecipação do valor das rendas da ATMAD.

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A demonstração de resultados evidencia a formação dos resultados num determinado período.

As notas que a seguir se apresentam visam facultar a informação necessária, visando uma melhor avaliação do conteúdo das demonstrações de resultados do Município de Torre de Moncorvo do presente ano.

A Câmara Municipal de Torre de Moncorvo apresenta, à data de 31 de Dezembro de 2013, um Resultado Líquido do Exercício negativo, no valor de 2.705.789,58 euros:

No período em referência o Resultado Líquido do Exercício teve um aumento percentual de cerca de 67,13% relativamente ao ano anterior.

Nos resultados operacionais verifica-se uma diminuição em virtude, dos proveitos (principalmente da prestação de serviços, das transferências e subsídios obtidos e de não se terem registado os trabalhos para a própria entidade, isto porque ainda não foi implementada no Município a contabilidade de custos) terem diminuído mais do que os custos, sendo que se pode destacar o bom desempenho dos fornecimentos e serviços externos e dos custos com pessoal e o acréscimo das transferências e subsídios correntes concedidas.

Os Resultados Financeiros mantêm em 2013 um valor negativo, ainda que abaixo dos apresentados em 2012, o que se fundamenta pela diminuição dos juros suportados decorrentes na sua essencialidade de empréstimos obtidos, bem como pela diminuição dos valores registados em "outros custos e perdas financeiras".

Os Resultados líquidos negativos ressentiram-se assim da já referida redução dos resultados operacionais e da quebra nos resultados financeiros pelo agravamento dos custos e resultados extraordinários, fruto da diminuição dos proveitos, apesar da boa performance dos custos.

## RECURSOS HUMANOS DA AUTARQUIA

Tendo em conta as inúmeras atribuições e competências adstritas aos Municípios, é relevante destacar o papel dos trabalhadores, que assenta em padrões de eficiência, eficácia e elevada responsabilidade, tendo em vista dar resposta aos desafios e problemas que se nos deparam no desenvolvimento da actividade autárquica.

Actualmente, para os Municípios não existem limites legais às despesas com pessoal como acontecia anteriormente, apenas estão subordinados às limitações legais à admissão de pessoal.

O artigo 62.º da Lei nº2/2007 de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais) permitia, até 2009, a fixação, através da Leis do Orçamento do Estado, de limites anuais para as despesas com pessoal, incluindo a contratos de avença, tarefa e aquisição de serviços a pessoas singulares.

No entanto, a partir da aprovação da Lei nº3-B/2010 de 28 de Abril (Orçamento de Estado para 2010), no seu artigo 23.º passou a haver limitações à admissão de pessoal, já com a aprovação da Lei nº 55-A/2010 de 31 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2011), esta tendência se manteve, como também, através do seu artigo 43.º vem proibir todos os Municípios que se encontrem em situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou de ruptura financeira de abrir procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, determinado ou determinável, para carreira geral ou especial e carreiras que ainda não tenham sido objecto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência, destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída.

Em 2012, a Lei nº64-B/2011 de 30 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2012), estabelece nos seus artigos 46.º a 48.º, para além do referido nas disposições legais anteriormente descritas, limites para o recrutamento de trabalhadores e regras para a redução de cargos dirigentes e de trabalhadores nas autarquias locais.

De salientar em 2013, no âmbito da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2013) - artigo 27.º veio introduzir as reduções remuneratórias dos vencimentos, bem como no seu artigo 59.º manter a redução do nº de trabalhadores.

Durante o ano de 2013, foram abertos procedimentos concursais para contratação de recursos humanos a termo certo, na componente de apoio à família, actividades extracurriculares.

Até 31 de Dezembro o Município reduziu 15 trabalhadores pela via da aposentação e caducidade de contrato, conforme ilustra o quadro seguinte:

Resumo das Saídas de trabalhadores – ano 2013

Resumo de Saídas de Trabalhadores-2013			
	categoria	RCPTIND	Termo Certo
Carreira	Assistente Operacional	4	2
	Assistente Técnico	1	
	Informática-Técnico		1
	Técnico Superior		4
	Comissão de serviço	3	
Total Global		8	7

Resumo do Mapa de Pessoal em exercício de funções, por grandes grupos,  
Sexo e Relação Jurídica de Emprego

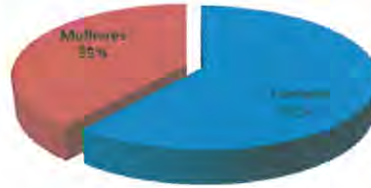
	2013	
	H	M
Executivo	3	2
Gabinete de Apoio Pessoal	1	2
Dirigentes	2	1
Pessoal do Quadro	86	42
Técnico Superior	5	11
Assistente Técnico	15	20
Assistente Operacional	61	11
Informática	3	0
Carreiras não revistas	2	0
Mobilidade	0	0
Pessoal Contrato a termo certo	4	15
Técnico Superior	1	0
Assistente Técnico	0	2
Assistente Operacional	0	11
Informática	1	0
AEC's	2	2
	96	62
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>158</b>	

Os dados mostram a evolução das qualificações do pessoal do Município por grupos profissionais, destacando o esforço do executivo em manter a qualidade dos serviços prestados, sublinhando o decréscimo de trabalhadores no ano de 2013, conforme foi descrito anteriormente.



De salientar o número total de efectivos no final do ano de 2013 em função do sexo, de acordo com o gráfico abaixo.

**Efectivos segundo o sexo**



Ao longo do ano de 2013, efectuaram-se inscrições de 20 pessoas em acções de formação, num total de 192 horas - 8 acções de formação, num montante total pago pelo Município de 2.917 euros, dando resposta a dois grandes objectivos:

- o proporcionar uma aprendizagem actualizada, uma formação que se pretende continua e um complemento para as insuficiências habilitacionais adquiridas, visando o desenvolvimento intelectual, social e profissional e facultando a aquisição de novas competências exigidas; e
- o formação especializada vocacionada para o desenvolvimento de competências específicas, sobretudo decorrentes de profundas alterações legislativas.

Área de Formação	Entidade Formadora	Designação	Acções de Formação			Custo de inscrição
			N.º de pessoas inscritas	Duração horas p/ formação	N.º de acções	
UTP	Consultua-Ensino e Formação Profissional, Lda	Projectista 3ª e 4ª Categoria de SCIE	1	128		1.100,00
DTOSU	Ordem dos Engenheiros, Região Norte	Sistema de Informação Geográfica	1	7	1	95,00
DTOSU	IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	Autárquicas 2013; Processo Eleitoral e Raft	1	7	1	60,00
UTP	Centro de Estudos de Arquitectura	Participação no Seminário "Cuidar das Casa 2"	2	7	1	50,00
DAF	IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	Autárquicas 2013; Processo Eleitoral e Raft	1	7	1	60,00
Vice-Presidente	Marisol Vidal Aboutblue-Comunicação, Lda	Gestão de Pedras de Água-O caminho da eficiência à excelência	1	7	1	512,29
DAF	INA-Direcção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas	Lei dos Compromissos e dos pagamentos em atraso	4	7	1	280,00
DAF	IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	Novo Regime Jurídico das Autarquias Locais	1	14	1	200,00
DAF	INA-Direcção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas	Seminário:Orçamento do Estado para 2013, Alterações Orçamentais com impacto no funcionamento dos serviços, alterações legislativas	8	7	1	560,00
Total Global			20	191	8	2.917,29